

por gestões que, apesar de muito diferentes em seus objetivos, métodos e instrumentos, tiveram o mérito de caminhar no sentido de transformar suas instituições em protagonistas privilegiados das respectivas esferas da administração pública.

A bibliografia sobre o setor cultural disponível no Brasil, ainda que limitada, experimentou um bem-vindo crescimento nos últimos anos. Para procurar refletir alguns dos aspectos desse fenômeno, preparamos uma pequena seleção de livros disponíveis no mercado brasileiro, com a preocupação de não nos atermos apenas aos lançamentos mais recentes. Apesar de ser apenas uma lista inicial e indicativa, os títulos selecionados certamente poderão se tornar um subsídio valioso para todos aqueles interessados em conhecer as artes e a cultura e refletir sobre elas.

Além dessa seleção de livros, a revista apresenta dois títulos recém-lançados por Frederico Barbosa, do Ipea: *Economia e Política Cultural: Acesso, Emprego e Financiamento e Política Cultural no Brasil 2002-2006: Acompanhamento e Análise*. Nos dois livros, o autor desenvolve um conjunto de análises informadas pelas mais recentes pesquisas de órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os ensaios demonstram um posicionamento claro a favor de mudanças na maneira como os principais formuladores das políticas públicas para a cultura têm pautado sua atuação.

Artigos

Além do já citado artigo de Fernando Arias, a segunda parte da revista conta com a participação do sociólogo Carlos Alberto Dória, da ex-secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Cláudia Leitão, e das pesquisadoras do **Observatório Itaú Cultural** Lílina Sousa e Silva e Lucia Maciel Barbosa de Oliveira, todos com artigos inéditos, especialmente preparados para esta edição.

A revista acolheu em suas três edições contribuições vindas da universidade, do setor público, de instituições internacionais e supranacionais no campo da cultura, entidades do terceiro setor, pesquisadores, gestores e outros agentes culturais. Tem procurado se posicionar como um instrumento qualificado de comunicação regular com os vários públicos do Observatório Itaú Cultural, pois acredita que tão importante quanto produzir pesquisas e reflexões conceitualmente rigorosas é desenvolver a capacidade de comunicar-se corretamente.

A partir de 2008, cumprindo o planejado desde a primeira edição, a revista passa a ter periodicidade trimestral, com circulação nos meses de março, junho, setembro e dezembro.



imagem: Cia de Foto

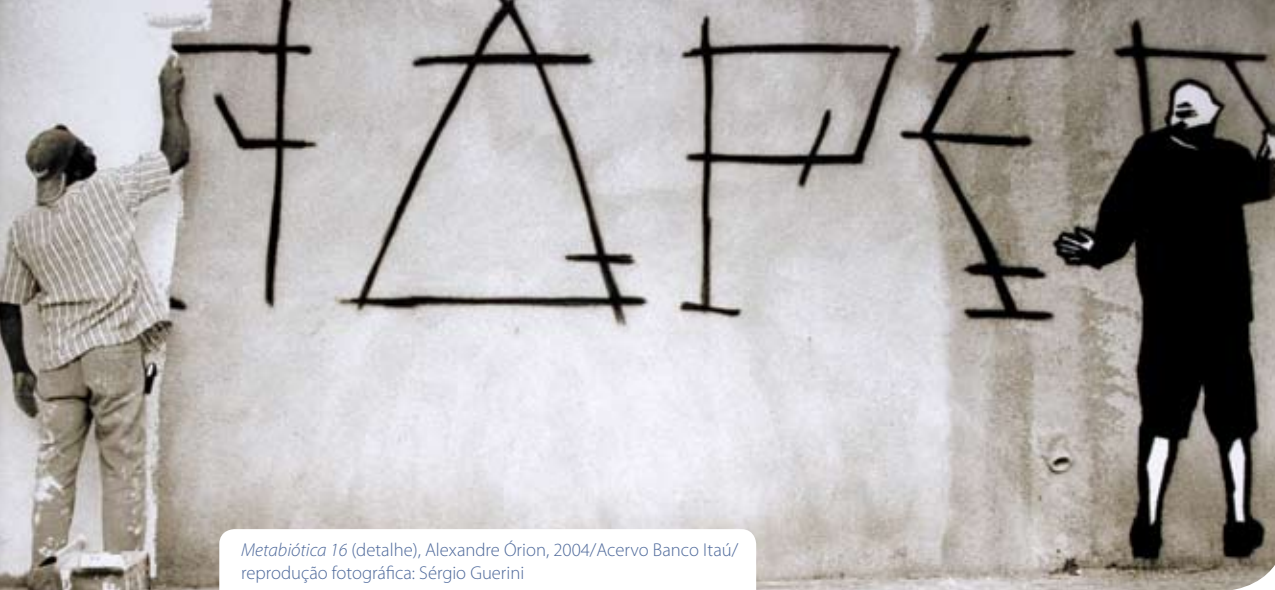
POLÍTICA CULTURAL EM NOVA CHAVE

Indicadores qualitativos da ação cultural

Teixeira Coelho¹

No campo das Humanidades, as idéias por vezes andam depressa demais e, não raro, muito devagar. O que era bom, conveniente, pertinente ou eficaz num determinado momento e século não raro continua a ser considerado bom, conveniente, pertinente ou eficaz um século depois, quando as condições de vida no mundo já se alteraram e por vezes enormemente. As necessidades, os desejos, os imaginários são outros – no entanto, as idéias que deveriam responder a umas e outros seguem muito freqüentemente sendo as mesmas, em muitas partes do mundo. Isso é verdadeiro quando o tema é política cultural. Não será equivocado ver o começo da política cultural moderna no século XVIII, com a Revolução Francesa de 1789. É verdade que antes dela, e a inspirá-la, aconteceu a Revolução Americana de 1776; mas, como a França tinha museus e bibliotecas numa escala que os Estados Unidos desconheciam no momento e como ali se procurou formalmente, logo após a deflagração do movimento revolucionário, alterar pelo menos o campo da distribuição e do acesso à cultura, com a abertura do Louvre e o confisco das bibliotecas dos prelados para ser posteriormente (às vezes muito tempo depois) franqueadas a consultas mais ampliadas, não é de todo inadequado ver nesse momento o surgimento de uma política cultural que chegou aos dias de hoje.

¹ Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), curador do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e consultor do Observatório Itaú Cultural.



Metabiótica 16 (detalhe), Alexandre Órion, 2004/Acervo Banco Itaú/
reprodução fotográfica: Sérgio Guerini

Mas o século XVIII tinha seus desejos e necessidades, e seu imaginários. E outros desejos, necessidades e imaginários tiveram os séculos XIX e XX. O que era válido para a França do 700 não o era para a Rússia do início do 900, nem o que era válido para a Rússia do início do 900 continua válido para, por exemplo, o Brasil dos 2000. Muito frequentemente, porém, age-se como se essa igualdade fosse uma evidência, autêntica tábula rasa sobre a qual se trata de construir, no caso que aqui interessa, políticas culturais. Os tempos são outros, porém. Se o século XVIII foi o tempo da construção de um futuro que se prolongou pelos dois séculos seguintes – embora no imaginário sustentado por pilares diferentes: a luta entre aristocracia e burguesia no século XVIII, entre império e república no século XIX e entre burguesia e proletariado no final do XIX e primeiras décadas do XX – hoje, início do XXI, a situação é bem outra. A contemporaneidade pode ser descrita por alguns como a do choque entre civilizações (como o faz Samuel Huntington), a era da libertação genética do homem, como destacam muitos, ou a sociedade da insignificância, como prefere Castoriadis, uma sociedade que não mais tem uma imagem de si mesma, com a qual as pessoas não mais podem ou querem se identificar e cujos mecanismos de direção se decompõem. Seja qual for o retrato que se faça dessa contemporaneidade, uma coisa é evidente: trata-se de outra contemporaneidade, com outras preocupações e com outras possibilidades, ainda que muitos de

seus problemas do passado não tenham sido ainda solucionados. E de todo seu imaginário é certamente outro. O recurso a políticas culturais datadas, alimentadas por outros imaginários, só pode desaguar em insatisfações ou, como prefere dizer, e bem, Walter Moreira Salles, na tentativa de concretização de *ambições mediocres*, porque embebidas de passado e nutridas pela nostalgia.

Os tempos são outros. Suas idéias centrais, um pouco por toda parte, são o desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. E essas idéias incluem, de modo especial, o desenvolvimento humano, o que significa ampliar em todos os sentidos o universo das elites em vez de rebaixar todo mundo aos primeiros graus da cultura e da dignidade. Para ficar com o domínio que aqui interessa mais de perto, a cultura hoje integra o lote dos bens públicos como a saúde, a educação, a segurança e o bem-estar social de modo amplo (embora seja difícil, num país como este, escrever essas palavras sem uma ponta de ironia) e pede uma política cultural adequada a esse imaginário. Para que ela seja definida, porém, não bastam medidas isoladas em favor da cultura ou medidas isoladas que se sirvam da cultura. O recurso a um procedimento sistêmico, que ainda está longe de ser posto em prática nesse domínio, é indispensável. Em outras palavras, é decisivo ver e tratar a cultura como um conjunto de relações determinadas e precisas, inclusive aquelas mais específicas e determinantes, do tipo *dado este componente (ou ação ou*

função), este outro deve intervir ou nem um nem outro terão qualquer eficácia.

Onde pode ser encontrado esse sistema? Neste momento que ainda deveria ser de um século XXI iniciante, mas já parece um século XXI alquebrado e declinante, um sistema para a política da cultura pode ser definido com base em alguns tópicos e questões que vieram sendo tratados com insistência nos fóruns mundiais desde a década de 80, com mais insistência e frequência nos anos 90, e que estão presentes, alguns, em documentos internacionais formalmente assinados pelos órgãos que tentam representar a sociedade das nações e dos Estados. Sem a construção desse sistema, e o conseqüente recurso a ele, a fórmula do *desenvolvimento pela cultura* continuará a ser, aqui, uma expressão vazia de conteúdo, boa para alimentar discursos e seminários mas totalmente impotente para atuar sobre o real concreto. Sem o recurso a esse sistema, não se alcançará o *desenvolvimento humano* que é condição para o econômico. Já deveríamos estar distantes do momento filosófico, se é que havia nisso alguma filosofia digna de nome, em que a cultura era vista como conseqüência da economia, em que a cultura era vista como superestrutura na dependência da infra-estrutura da economia. É possível que a cultura seja uma questão de economia, de fato, e sob alguns aspectos, mas é muito mais certo que a economia é sem sombra de dúvida uma questão de cultura. O recurso ao sistema da política cultural orientado para o tema do desenvolvimento poderá criar as condições para que sempre que se fale em desenvolvimento se pense em *desenvolvimento humano*, com sua conseqüência que é o desenvolvimento econômico, e se criem de fato as condições para implementar um e outro.

Desses seminários e fóruns internacionais, surgem de modo nítido alguns tópicos ou questões que apontam para o desenho de um sistema possível da política cultural apropriada para o século XXI, e que não mais é a política cultural que vigorou no século XX a partir de bases lançadas no XIX. Esses tópicos ou questões constituem os vetores dessa política, os apontadores da direção

para a qual a política cultural deve orientar-se – seus indicadores, os tão buscados indicadores culturais, no caso indicadores qualitativos, os mais adequados para este momento em que os quantitativos, apesar de nunca devidamente determinados, no entanto já não respondem às necessidades e desejos. Sendo indicadores ou vetores, são também valores, aquilo em nome do que uma política é feita. E eles são, numa varredura da história recente (e por varredura se entenderá aqui muito mais uma descrição do que uma construção terminada).

1. **Os direitos culturais**, como formulados (mais sugeridos do que afirmados, dada a fragilidade de sua implantação no real) pelas Declarações da Unesco de 1966 e 1976, baseadas na Declaração dos Direitos Humanos de 1948.

De início, é vital recordar o motivo pelo qual se fez a Declaração dos Direitos Humanos, modelo para as seguintes que levaram Norberto Bobbio a falar, talvez exageradamente mas não sem alguma razão, numa Era dos Direitos: a idéia era proteger o indivíduo, o ser humano, contra a opressão sobretudo do Estado, da instituição burocrática, da personificação institucional do coletivo. A Declaração dos Direitos Humanos decorreu diretamente dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e da política de extermínio deliberado praticado pelo Estado nazista contra os judeus, os homossexuais e todos seus opositores políticos. E foi logo a seguir reforçada, em sua justificativa, quando crimes equivalentes praticados pelo Estado soviético e outras tantas ditaduras se tornaram indiscutíveis. Os direitos humanos põem em evidência o indivíduo, não o Estado. Os direitos culturais vieram assim para continuar a missão de fortalecimento (*empowerment*) político e social da pessoa humana, não do Estado. O que dizem é que se deve atender primordialmente aos interesses e necessidades das pessoas, lembrete oportuno quando se pensa nas tentativas recentes, sempre insistentes, de, em nome dos direitos humanos, defender novamente o Estado, fazendo com que volte pela janela aquilo que foi expulso pela porta, numa espécie de *Die Hard with a Vengeance*, um filme de terceira cujo

título alternativo poderia ser *A Volta do Estado*, assim como nos anos 50 fez seu sucesso de mau gosto aquele *Monstro da Lagoa Negra* seguido pela *Volta do Monstro da Lagoa Negra*. Como os direitos culturais decorrem dos direitos humanos, tudo aquilo que vale para estes valerá para aqueles. Isto é, a lente, a perspectiva e o foco são a pessoa, o indivíduo.

E são tão poucos e tão vagos os direitos culturais, na sua versão mais ampla passível de ser aceita por um bloco de países – resumidamente, o direito de participar do processo cultural, o direito

só e sem necessidade de maiores argumentações, como condição para o desenvolvimento econômico, cuja fórmula passa a ser então a seguinte: não há desenvolvimento econômico sem cultura, não há desenvolvimento econômico sem desenvolvimento cultural.

2. **A diversidade cultural**, cujo aparecimento como conceito é paralelo à intensificação das discussões sobre o papel do *outro* e do *diferente* que se multiplicaram inicialmente na universidade a partir, sobretudo, da implantação dos Estudos Culturais – voltados para o exame da situação da mulher, das preferências sexuais, das minorias



Grafite de Jonh Haward, osgemeos e Zezão (Cambuci – São Paulo/SP)/registro fotográfico: Amilcar Packer

de beneficiar-se dos avanços científicos e tecnológicos, o direito à propriedade autoral –, que requerem todo cuidado para que sejam adequadamente difundidos e praticados. Significa que nessa defesa dos direitos culturais será imprescindível recorrer, como está firmado na boa prática do Direito, a uma interpretação a mais amplamente favorável possível ao indivíduo. Isso inclui o reconhecimento de que os direitos culturais não configuram uma entidade abstrata, imaterial, de natureza espiritual (“os valores espirituais e intangíveis da nação”), praticamente teleológica – o que acaba por dar-lhes uma configuração fantasmática, mais própria aos discursos bem-intencionados e demagógicos – mas se traduzem em questões fortemente materiais, em tudo mensuráveis, portanto, comparáveis e analisáveis concretamente. De fato, os direitos culturais foram acordados no interior de um documento dedicado aos direitos econômicos, sociais e culturais. Se por um lado essa formulação reserva à cultura e aos direitos culturais uma posição de rabeira na vida humana (vêm em terceiro, só depois dos econômicos e dos sociais), numa ratificação de velhas e desgastadas teses do século XIX segundo as quais a cultura é um epifenômeno a circular na superestrutura social de fato alicerçada na economia, por outro lado estabelece uma relação direta entre a economia e a cultura que faz com que a cultura apareça claramente, por si

étnicas, e depois do jovem, do idoso etc., num desmembramento daquilo que por mais de um século havia aparecido sob a forma única, generalizante (e ocultadora dos matizes) da *classe social* e do *povo* – e que em 2005 foi objeto de outra Declaração da Unesco, firmada em 20 de outubro daquele ano.

Uma das alavancas que impulsionaram essa Declaração foi a intensificação do processo de globalização com a conseqüente transformação dos bens culturais em protagonistas dos acordos e das discussões comerciais multilaterais como aquelas que se deram no quadro, com muito estrondo, do GATT² (Rodada do Uruguai³ etc.) e agora da OCDE⁴. A evidência de que os bens culturais haviam se tornado protagonistas centrais da economia, pelo menos dos países desenvolvidos, se tornou irrefutável desde meados da década de 80, como se ressaltou quando superaram todos os índices dos setores clássicos da economia (a aeronáutica, a automobilística, o agrobusiness etc.) Com isso vieram as tentativas de considerá-los bens comerciais como outros quaisquer, portanto, em certa perspectiva, sujeitos às leis do mercado e impedidos de receber subsídios públicos, como desejavam e desejam, por um lado, os Estados Unidos, líder mundial no setor, sem interesse em ver diminuída uma parcela de seus rendimentos por mínima que seja; e, por outro, os

² O GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) é um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado, em 1947, com a função de impulsionar a liberalização comercial, combater práticas protecionistas e regular, provisoriamente, as relações comerciais internacionais. Está na base da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

³ Última e mais longa das oito reuniões de negociações do GATT, foi realizada entre 1986 e 1994. Criou a OMC, que diferentemente do GATT, possui o status jurídico de uma instituição internacional para regulamentação do comércio internacional.

⁴ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia de mercado. Foi criada depois da Segunda Guerra Mundial com o nome de Organização para a Cooperação Econômica Européia e tinha o propósito de coordenar o Plano Marshall. Em 1961, converteu-se no que hoje conhecemos como a OCDE, com atuação transatlântica e depois mundial. Tem sua sede em Paris, França.

movimentos no sentido de considerá-los como integrando os valores intangíveis de uma nação, desse modo retirados da lista que lhes proibia um tratamento diferenciado sob a alegação de promoverem, exatamente, a diversidade cultural, considerada então um valor em si.

Esse entendimento foi adotado tendo-se em vista primordialmente o país (no ângulo econômico) e a nação (pelo lado dos *valores intangíveis*). Por esse raciocínio, o mundo é diverso e a diversidade resulta da multiplicidade de nações. Desse modo, o desenvolvimento de cada uma, e por extensão do mundo, resultaria da ou seria auxiliado pela proteção daquilo em que cada uma é diferente.

Novamente, assim como deve prevalecer no caso dos direitos humanos, também aqui a interpretação a ser aplicada a esse vetor e princípio é a mais ampla, a mais extensa, a mais favorável possível ao desenvolvimento humano. Não é isso que vem acontecendo na realidade. Os Estados têm assumido com frequência uma posição que se traduz, por analogia, na idéia do *L'État c'est moi*, em *Le différent c'est moi – O diferente sou eu*, quer dizer, *o diferente sou eu, a nação*, que traz a reboque a corruptela, ou a variante corrupta *O diferente sou eu, o Estado*, que represento esta nação. Esse entendimento oportunista e altamente ideologizado oculta e visa ocultar o fato de que no interior de cada nação a diversidade é uma forte realidade, igual ou ainda maior ou mais dinâmica que a diversidade exterior, aquela entre as nações. Cada cultura (entenda-se, na terminologia consagrada e desgastada que outra vez provém do século XIX: cada cultura nacional) é internamente diversa, diversa em relação a si mesma, porque diversos são seus componentes. Diversa porque dinâmica. Os Estados, em suas movimentações face ao exterior, mas também em seu posicionamento interno no país, insistem em dizer que “os diferentes somos nós”, entendendo-se por *nós* um coletivo supostamente homogêneo que é a nação X ou Y. Portanto, devemos ser protegidos enquanto tais e enquanto esse grupo coletivo designado pelo rótulo X ou Y, com frequência em nome de um feixe de valores definidos arbitrariamente como aqueles nos quais reside a substância dessa diferença. (Nos anos 60, para certa esquerda, esse feixe estava no popular: o popular era o nacional e o nacional o popular: a argumentação tautológica costuma ser marca registrada dessa linha de argumentação. E nesses mesmos anos, para a direita, o nacional estava no patrimônio, na herança cultural resultante dos tempos da colônia.) Diferença que é então a seguir protegida como tal.

Uma advertência de Lévi-Strauss, feita em 1952 e a pedido da própria Unesco que fez assinar a declaração da diversidade cultural em 2005, tem sido oportunisticamente deixada de lado, se é que um dia foi conhecida pelos que decidem sobre política cultural. Naquele ano Lévi-Strauss foi encarregado pela Unesco de realizar um estudo sobre o tema do racismo, que era ainda a questão e não os direitos culturais, a diversidade ou a sustentabilidade do desenvolvimento. Em sua análise, publicada sob o título *Raça e História*⁵, foi um dos primeiros a tratar da diversidade tal como hoje

é discutida e foi claro em sua argumentação: não se trata de preservar o *conteúdo da diferença*, que é intrinsecamente dinâmico e refratário à preservação, mas de preservar o fato em si da diferença, a possibilidade de promover a diferença, as condições que deram e dão origem à diferença, qualquer que venha a ser (e certamente não aquela definida em cartilhas ideológicas).

Como era talvez possível prever desde o início, a advertência de Lévi-Strauss foi amplamente ignorada. Não só esquecida como simplesmente ignorada. Na maioria das vezes pelos Estados subdesenvolvidos, mas de vez em quando também por aqueles com todas as condições aparentes de se apresentar como desenvolvidos. Caso da França de 2007 que, sob o governo do recém-eleito Nicolas Sarkozy, viu criado um Ministério da Imigração, Integração, Identidade Nacional e Desenvolvimento. As implicações dessa iniciativa, que surgem à luz como autênticas fraturas expostas, não poderiam ser mais explícitas: trata-se de proteger a identidade nacional posta em risco pela imigração (dita desenfreada) e com isso promover a integração e o desenvolvimento nacionais. Ou, é indiferente a ordem dos fatores, recorrer à identidade nacional para promover a integração interna numa frente contra a invasão de outros valores trazidos pela imigração e com isso assegurar um desenvolvimento harmonioso. Curiosamente, mas não contraditoriamente, desde 2003, com a posse de Lula, o Ministério da Cultura do Brasil tem uma “secretaria da identidade e da diversidade cultural”, versão atual de sua denominação. O governo de Sarkozy é descrito como de direita e o de Lula como de esquerda. Um e outro, porém, compartilham os mesmos princípios, como já ficou claro em outros momentos históricos e a respeito de diferentes aspectos. A diferença – já que apropriadamente o tema aqui é a diversidade cultural – é que assim que o anúncio de criação do novo ministério na França foi feito e confirmado, 200 intelectuais franceses e do resto do mundo firmaram um abaixo-assinado pedindo que o Ministério da Imigração não tenha, atrelado a seu nome, a fórmula da “identidade nacional”. Os motivos para o abaixo-assinado são os mais

previsíveis: o novo ministério exercerá, clara e prioritariamente, e necessariamente, poderes de polícia e de controle da chamada identidade nacional, numa confusão de papéis que, ressaltam os autores do manifesto, abre a porta para um “nacionalismo de Estado e uma xenofobia de Governo”. Tem sido assim, historicamente. O ministro designado respondeu, como sempre, que não vê por que não se poderia falar desses temas, ao que um dos firmantes do protesto, o professor Edward Berenson, retrucou que “o Estado não pode definir a identidade nacional, que não pode ter uma significação única e definitiva. Um ministério da imigração e da identidade nacional corre o risco de estabelecer uma distinção entre a boa e a má imigração [e, portanto, necessário acrescentar, entre a boa e a má identidade nacional] a partir de critérios falsos e radicalizados de grupo étnico, raça e religião”. Outro modo de dizer que o Estado não pode imiscuir-se pelo menos nas questões de ontologia cultural, se não na cultura como um todo. No Brasil, não houve nenhum protesto análogo. Sinal de um preocupante estado de coisas cultural.

Como esse vetor tem sido visto antes de tudo como uma questão de direitos (antes de tudo, de direito econômico), outro princípio da interpretação no Direito deve ser aqui aplicado se é que se quer extrair desses vetores não apenas suas máximas conseqüências como sua essência íntima: o princípio da combinação de valores. E já há aqui dois a ser cuidadosamente combinados: os direitos culturais tais como enunciados nas Declarações correspondentes da Unesco e este mesmo, o da diversidade cultural, afirmado igualmente por uma Declaração específica. De um lado, o direito de participar da vida cultural. De outro, o direito ao diverso. De um terceiro lado, o princípio da interpretação extensiva e a mais abrangente possível, do que resulta que tenho o direito de participar de minha vida cultural, da vida cultural que supostamente é minha *como um dado* (como algo natural – mas a cultura não é natural, não é mesmo?, a vida cultural do lugar onde nasci e cuja língua falo como minha primeira língua). Já é mais que o momento para re-aver essa pressuposição, esse *dado*. Mas essa questão fica para outro instante. Combina-

⁵Disponível em edição portuguesa: Editorial Presença, Lisboa, 2000.



imagem: Humberto Pimentel

dos, e na interpretação que mais beneficia o sujeito desses direitos, a proposição assume esta forma: tenho o direito de participar da vida cultural que é a minha e tenho o direito de participar da vida cultural que é diferente da minha, da vida cultural do outro, da *outra* vida cultural. Não é só o outro que tem direito a participar de sua própria cultura *outra*. Sou eu que tenho o direito de participar dessa cultura *outra*, assim como é ele que tem o direito de participar dessa cultura *minha* que *lhe* é *outra*, que *lhe* é *outra* cultura. Defender o contrário é defender a velha e ignóbil idéia dos guetos culturais, noção que no entanto está sempre pairando por baixo, por cima e por dentro de muitos discursos atuais sobre a diversidade cultural: cada um em seu canto, cada um com sua cultura. Idéia que viola em tudo o princípio e a noção mesma de cultura, que é a de uma longa conversa, uma troca de idéias de cada um com aquele que *lhe* está ao lado, de cada cultura com aquela que *lhe* está ao lado – embora esse *ao lado* possa implicar larga distância física.

Esse entendimento sem dúvida apresenta um problema para os gestores de política cultural: como assegurar que a fruição da cultura do outro esteja a meu alcance, eu que participo desta cultura *daqui* que por tradição era a recipiente exclusiva e preferencial da política cultural aqui feita? Evidentes problemas materiais para a extensão dessa política à cultura do outro (que é uma cultura para mim, também), como a falta de espaço e de recursos econômicos (de que modo apoiar a exibição de filmes iranianos ou japoneses ou chineses aqui se não consigo apoiar sequer a exibição aqui dos filmes

locais?), não devem mascarar essa questão central que é uma questão de princípio. A gestão da cultura, como toda outra, é uma gestão de prioridades. Isso não significa, porém, a eliminação e, menos ainda, a negação desse ponto crucial: o direito de participar da vida cultural do outro, daquela cultura que é diferente da minha. O desenvolvimento (humano e econômico) é consequência desse diálogo, não de outra coisa. E, se não há condições de promover a cultura do outro, o mínimo é não tolher esse acesso por meio de medidas de encerramento das culturas em guetos, como se fez quando o Irã decidiu proibir o uso de antenas satelitais de captação de transmissões de TV (antes, quando existia o muro, Berlim oriental já procurara impedir a captação de programas de rádio e de TV provenientes do lado ocidental), a Coreia do Norte quando quis proibir o uso de telefones celulares e a China ao restringir o acesso à internet.

3. A sociedade civil: a grande inovação cultural da segunda metade do século XX, nesse sentido ampliado de cultura que tanto se busca privilegiar sob certas perspectivas ideológicas, e muito mais que a introdução de novos estilos nas artes visuais ou no cinema, foi a emergência da sociedade civil como protagonista da vida social e política. Há uma data simbólica para esse aparecimento: 1971, ano em que o movimento do Greenpeace se tornou conhecido. Naquele ano, um arruinado barco pesqueiro, o *Phyllis Cormack*, foi rebatizado como *Greenpeace*, paz verde, e serviu de transporte para um grupo de ativistas que partiram em direção a Vancouver para tentar impedir um teste nuclear subterrâneo dos Estados Unidos em Amchi-

tká, pequena ilha na costa ocidental do Canadá, lugar propício a terremotos e que era o lar para uma espécie ameaçada de leões marinhos, águias carecas, falcões peregrinos e outras formas de vida selvagem. Acreditavam esses ativistas que um pequeno grupo de pessoas podia fazer diferença – e essa era a grande mudança cultural. Não mais as nações, não mais os partidos, não mais os Estados, não mais as instituições políticas tradicionais, mas as pessoas, os sujeitos individuais decidindo por si mesmos e agindo por si mesmos. O Greenpeace foi interceptado antes de alcançar seu objetivo, e a bomba norte-americana foi detonada – mas o recado estava dado, o interesse público foi enorme e desde então o Greenpeace se transformou na mais conhecida e eficaz *associação não-governamental*. Até mesmo uma vitória concreta foi depois obtida quando os testes nucleares cessaram naquele mesmo ano; e a ilha, declarada santuário para os pássaros. Uma vitória do novo formato cultural em que os governos e os Estados ficavam – ou pelo menos ficavam, dessa vez – para trás diante da ação das *pessoas*. O não-governamental surgia para assumir lugar de protagonista ao lado dos outros dois atores sociais: o Estado e a iniciativa privada.

Hoje, fato inédito na história das organizações mundiais e das relações entre as nações, não é apenas o soberano por direito divino ou o governo, embora eleito democraticamente ou “democraticamente”, que fala em nome do conjunto social. A sociedade civil participa de conferências mundiais e é ouvida. As consequências são evidentes para a política cultural e para a teoria do desenvol-

vimento econômico e humano: se é isso que se pretende alcançar, a sociedade civil deve ser amparada em seu desenvolvimento. E a política cultural deve levar em conta esse novo protagonista. Não se trata mais de definir uma política cultural para a sociedade ou para a sociedade civil: trata-se de reconhecer que uma política cultural que não emane da sociedade civil não tem representatividade. A afirmação está plena de consequências: governos democraticamente eleitos podem imaginar-se justificados em seu papel de definir tanta coisa para a sociedade, inclusive a política cultural. Mas esse é o ponto: uma política cultural sem a intervenção da sociedade civil é um retrocesso não só à idéia de nação e república do século XIX como a princípios ainda mais arcaicos. A idéia de representatividade é outra, agora. A sociedade civil se representa a si mesma. Democracia participativa é isso ou é uma falácia. Inúmeros instrumentos de política cultural deverão atualizar-se para que a sociedade civil não veja constantemente seus pesqueiros serem interceptados por políticas de Estado que quase sempre são apenas políticas de governo e de partido.

Em resumo, política cultural que não fortaleça a sociedade civil e não atenda a seus interesses não tem mais razão de ser.

4. Centralidade da cultura: nenhum desenvolvimento econômico e humano digno desse nome será alcançado sem que a cultura esteja instalada no centro das políticas públicas todas, da educação à saúde, do transporte à segurança, da economia à indústria. Esse vetor é a contrapartida daquele expres-

so no tópico anterior: a sociedade civil como ator cultural privilegiado, a cultura como centro de referência das políticas públicas. A tradução desse princípio implica, por exemplo, que o secretário de cultura de um município assim como o ministro de cultura de um Estado são figuras constantes na mesa de decisão sobre todas as políticas. Um empréstimo subsidiado deve ser concedido a uma nova fábrica de automóveis? O impacto cultural dessa medida deve ser avaliado. Uma nova medida sanitária ou de apoio à saúde física e mental das pessoas está para ser decidida, como o direito ao aborto ou a distribuição de anticoncepcionais? As implicações culturais da medida devem constituir as preliminares que sustentarão o debate e a decisão. Se a educação constitui com evidência um setor em que a questão cultural deveria estar no centro de todas as iniciativas possíveis e imagináveis, no transporte público de uma cidade à primeira vista a cultura não teria muito que fazer. Logo se verifica que não é assim: medidas de civilidade como encostar o ônibus junto ao meio-fio para que os usuários possam passar diretamente da calçada para o interior do veículo sem ter de efetuar uma ascensão que por vezes se assemelha a puro e simples alpinismo são questão de cultura. Motoristas uniformizados e limpos são questão de cultura. Ônibus que digam claramente o trajeto que fazem são questão de cultura. Placas indicativas claras sobre os ônibus que se detêm numa determinada parada são questão de cultura. São, melhor, índices de cultura. Novamente é o caso de lembrar que sempre que se discute cultura surge alguma voz para lembrar que cultura não é só teatro ou cinema ou literatura. Essa ampliação do sentido cultural, sob determinados aspectos da política cultural, de fato se deve realizar. Mas deve ser a mais ampla possível. Novas medidas urbanísticas, novo uso do solo rural, relações diplomáticas: todas essas esferas relevam da cultura, que não deriva delas mas as orienta. E vários dos pontos envolvidos numa abordagem desse tipo são menos passíveis de discussão aberta, menos submissos a meras questões de gosto pessoal ou ideológico do que parece. Os estudos de impacto cultural existem para dar a essa orientação uma base de construção de um diálogo produtivo. Com eles, que

ainda devem desenvolver-se, as políticas públicas terão um entendimento, se não mais claro, em todo caso mais quantificável das questões envolvidas.

5. Sustentabilidade da cultura ou, mesmo, sustentabilidade cultural da cultura: a cultura vem sendo, nas duas últimas décadas, sistematicamente pensada como meio para dois fins declarados prioritários, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano. Nenhum dos dois poderá ocorrer se a cultura não for, ela mesma, sustentável, se a cultura não for culturalmente sustentável. Em outras palavras, se ela não for vista como um fim em si, não apenas como meio. Essa é uma aparente contradição da qual é difícil extricar-se: utilizar a cultura como meio mas preservar a cultura como fim. Se não se pensar a cultura independentemente dos fins a que ela possa servir, se não se servir à cultura por aquilo que ela é, naquilo que ela é, isto é, se não se criarem as condições para que a cultura se sustente e se desenvolva por e para seus próprios princípios, sem nenhuma preocupação com os fins que ela pode alcançar, a cultura não sobreviverá e não servirá ao que se espera que sirva. As iniciativas nesse sentido são hoje praticamente tênues, senão invisíveis. O discurso deve mudar: a cultura precisa ser sustentada porque é cultura, não porque é alavanca

para geração de empregos e aumento do PIB nacional, nem por ser alavanca para qualquer PIB intelectual individual ou coletivo. A cultura precisa ter condições para reproduzir-se como cultura. Toda ação cultural, todo programa de política cultural deve, antes de mais nada, pensar nas iniciativas requeridas para que o fato cultural que se está apoiando reproduza a si mesmo quando o apoio da política cultural se reduzir ou cessar. O leque de alternativas para uma intervenção da política cultural nesse sentido está à disposição: indústrias culturais fortes, abertas e livres, escolas de arte, educação com arte e cultura... Indispensável será, aqui, adotar um conceito de cultura que, além de apresentá-la como uma longa conversa, a entenda, como o faz Castoriadis⁶, como tudo aquilo que no domínio público de uma sociedade vai além do simplesmente funcional ou instrumental e que preserva em si e para si uma dimensão invisível ou imperceptível. Esse entendimento bastaria para retirar o cálculo cultural do domínio do econômico e do quantitativo, sem que isso implique o rechaço ao aproveitamento da cultura como motor para o econômico. E o recurso a esse conceito ajudaria ainda, em muito, a política cultural e o gestor cultural a tomar decisões no destino dos sempre poucos recursos.

6. Conectividade: princípio instaurador da contemporaneidade: estar ligado, estar ligado a tudo. A aspiração milenar da conectividade mais ampla possível – e instantânea – está em vias de realizar-se com o telefone celular e a internet, depois de ter-se intensificado com o telégrafo, o telefone, o cinema e a televisão (e mesmo que, por enquanto, num país como o Brasil, o número dos desconectados seja tão alto). Mais do que *precisar* conectar-se, o mundo contemporâneo *quer* conectar-se. Uma política cultural adequada ao elenco de vetores aqui desdobrado deve ter como finalidade a conectividade dos fatos culturais entre si e entre eles mesmos e todos os demais fatos relacionados a algum contexto

⁶ *La montée de l'insignifiance – Les carrefours du labyrinthe-4.* Paris, Seuil, 1996.



Emoção Art.Ficial 3.0. Alunos interagem com obra *Text Rain*, de Camille Utterback & Romy Achituv / Foto: Cia de Foto



Detalhe de grafite (Cambuci – São Paulo/SP), obra de osgemeos/
registro fotográfico: Amílcar Packer

aparentemente exterior à cultura. Cultura é uma longa conversa. Essa é acaso a mais ampla, mais generosa, mais pertinente concepção de cultura. Onde não há conversa, não há cultura. Cultura significa que esta cultura quer conversar com aquela outra que está distante, que parece distante, que surge como longínqua e estranha. Cultura é a ampliação da esfera de presença do ser, como sugeriu Montesquieu. Nenhuma política cultural pode mais centrar-se em si mesma: precisa contemplar suas ramificações, buscar suas conexões, as mais como as menos evidentes. E, se a cultura deve ocupar lugar central, isso significa que ela busca a conectividade. A época dos muros – do muro da China, do muro de Berlim, do muro que separa Israel da Palestina, do muro que separa os Estados Unidos do México –, apesar da insistência com que alguns novos são levantados, acabou. Não em virtude de algum sentimento caridoso ou politicamente correto. Acabou porque, de modo amplo, o muro é hoje inútil. Todos os sucessos que uma política de muros possa alcançar serão temporários. A questão não é como impedir a conectividade, mas descobrir como ela vai se realizar. A *correspondência entre as artes*, como se queria no passado, acompanhada hoje pela correspondência entre as culturas, integra o novo elenco de iniciativas do realismo utópico.

7. **E, enfim, a inovação:** não há desenvolvimento sem inovação. Nem cultura, por mais que se insista no caráter supostamente perene e imutável da cultura. O vetor do novo, consagrado pela Modernidade, não se esgotou. Está, de fato, ganhando momento. Não apenas tecnologicamente mas como vetor espiritual. “É preciso sempre pensar desde outro ponto de vista”, anotou Wittgenstein. Mudar a perspectiva, alterar o enfoque, alterar o ângulo de visão. A inovação penetrou em todos os cantos da vida contemporânea – ou quer fazê-lo, embora encontre resistências obstinadas ainda, não exatamente por toda parte, mas em um número considerável

de partes. Uma das questões mais agudas das sociedades hoje é a gestão da inovação: como inovar, como criar as condições para a inovação, como tornar a mente, a economia e a sociedade inclinadas a buscar a inovação, como compor a inovação com o seu contrário. Na cultura não é diferente. Nem na política cultural. A política cultural, no entanto, praticamente desde que surgiu (e o fez com a nação, embora não tivesse ainda o nome de política cultural), está orientada prioritariamente, às vezes sem o perceber, outras vezes sabendo-o muito bem, para o oposto da inovação. As políticas para o patrimônio e para a preservação da identidade cultural são exemplos nítidos dessa tendência firmada, mas nem por isso tão justificável como se costuma repetir. O fato de umas e outras serem com frequência sustentadas menos ou mais cinicamente – o patrimônio deve ser preservado não por ser um valor em si mas porque traz turismo; a identidade cultural deve ser preservada não porque é um valor em si mas porque permite o controle político pelo governo ou pelos partidos – não torna menor o problema. Ditaduras e totalitarismos variados sempre privilegiaram a repetição, o *habitus* cultural – isto é, o passado e a fixidez. A repetição se veste com as roupas do politicamente correto em política cultural. No entanto, se efetivamente se busca o desenvolvimento econômico e humano, a cultura que estará no centro das políticas públicas – em defesa dos direitos humanos e culturais, promovendo a diversidade e a conectividade entre as pessoas para que estas fortaleçam a sociedade civil como novo modo de governança, buscando a qualidade total da vida com base no fortalecimento da vida cultural – terá de apoiar-se na inovação, que não pode deixar de buscar, incentivar e patrocinar.

Se for necessário salientá-lo, não se recorreu aqui a nenhum dos vetores que tradicionalmente inspiraram a política cultural: conceitos como nação, identidade, povo, classe social. Nem se inventaram princípios filosóficos ou ideológicos: apenas se fez um levantamento das tendências manifestas no seio mesmo da sociedade humana contemporânea. E não se propuseram *conteúdos* apropriados para o desenvolvimento humano e econômico (esta escola de pintura, aquele tema social). A abordagem foi, aqui, formal: quais as formas da política cultural (e por extensão da cultura) que se deve promover se a intenção é alcançar o desenvolvimento que se diz buscar? Essa é uma sustentação formalista da nova política cultural. Uma política que é ela mesma formalista. E que se apresenta, antes de mais nada, na forma de um sistema. Raramente a política cultural foi tratada como sistema. Ou melhor, sim: sob as ditaduras. As ditaduras não se esquecem do sistema, não descuidam de apertar todos os parafusos para melhor manter seu poder por mais tempo. A idéia de sistema não é em si negativa, porém. Um sistema é indispensável. A ineficácia das políticas culturais se deve em larga medida, e na maior medida, ao fato de não serem essas políticas vistas e tratadas como sistema. Mas o desafio é tratá-las como sistema sem incorrer nos crimes das ditaduras todas, de direita e de esquerda. Não é muito difícil conseguir isso: basta ater-se à idéia de forma e convencer-se de que na forma está o conteúdo...